

DMT - Termo de Referência e Anexos

Processo nº 23114.917146/2023-17

Interessado: **Setor de Almoxarifado - Campus UFV Rio Paranaíba**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA

PREGÃO Nº 116/2023

(Processo Administrativo n.º 23114.917146/2023-17)

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição de material de expediente (fita adesiva, envelope,...) reagente para diagnóstico clínico e material de construção (tubo PVC, saída para aspersor, ...) e outros itens diversos para laboratório em geral para uso da UFV Campus Rio Paranaíba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Anexo I – Das especificações.**

1.2. **ATENÇÃO: Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código SERPRO e a descrição detalhada do Anexo I – Das especificações, prevalece a deste último.**

1.3 A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. As aquisições, objeto desse Termo, estão em estrita consonância com os programas de Ensino, Pesquisa, Extensão e manutenção da funcionalidade da Universidade Federal de Viçosa. Os órgãos requisitantes e as justificativas para cada aquisição encontram-se nas solicitações que são parte desse processo.

2.3. A contratação, objeto deste termo, justifica-se pela necessidade de atender as demandas administrativas e de ensino de diversos departamentos e secretarias, necessários para aulas de graduação e pós graduação da Universidade Federal de Viçosa.

2.4 **A metodologia utilizada para a formação dos valores estimados foi a média dentro dos valores obtidos, justifica-se a utilização da mesma para que seja proporcionada a maior disputa de preços entre os fornecedores.**

2.5. As quantidades a serem adquiridas foram estimadas em função do consumo do órgão e provável utilização, sendo obtida com base no consumo de exercícios anteriores.

2.6. Os itens pretendidos para esta contratação encontram-se no Plano Anual de Contratações para o ano de 2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

4.1.3. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:** a empresa deverá apresentar os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.2. Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. As aquisições, objeto desse Termo, são de natureza comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da retirada/recebimento da nota de empenho, no seguinte endereço: almoxarifado Central do Campus da UFV em Rio Paranaíba – MG, Rodovia MG 230, km 8 – s/nº – Zona Rural – CEP.: 38.810-000;

6.2. O frete, carga e a descarga correrão por conta da contratada.

6.3. Quanto ao prazo de validade do insumo na data da entrega:

6.3.1. Os insumos com validade INFERIOR a 12 meses: deverão ser entregues com no mínimo 80% de sua validade;

6.3.2. Os insumos com validade INFERIOR ou IGUAL a 24 meses: deverão ser entregues com no mínimo 75% da sua validade;

6.3.3. Os insumos com validade SUPERIOR a 24 meses: deverão ser entregues com no mínimo 60% da sua validade.

6.4. Todos os bens deverão atender rigorosamente às especificações constantes deste Edital e seus Anexos. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa, por parte da Administração, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição imediata.

6.5. Os bens deverão ser entregues dentro do prazo estabelecido e será considerada como recusa formal a falta de entrega dos mesmos no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pelo fornecedor e reconhecido pela UFV.

6.6. As entregas devem ser realizadas em dias úteis, no período de 08:00 às 16:00, em horário corrido, impreterivelmente.

6.7. O recebimento e aceitação dos materiais e equipamentos obedecerão, no que couber, ao disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 4.320/64, demais legislações pertinentes e as normas e condições descritas abaixo:

6.7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinte) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.10. O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo do material.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- 8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo

administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

13.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da

comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 50.809,06 (Cinquenta mil, oitocentos e nove reais e seis centavos).

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

Rio Paranaíba, 26 de setembro de 2023

Edna Valdirene de Freitas Fernandes
Serviço de Material

Das especificações - ANEXO I

ITEM	SERPRO	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (TOTAL) (R\$)

1	232623	UD	150	BORRACHA BRANCA PARA APAGAR ESCRITA, TIPO MACIA, 32MM COMPRIMENTO, 23MM LARGURA, ALTURA 7MM.	0,59	88,50
2	202037	UD	90	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO - COR PRETA - TIPO CARGA RECARREGÁVEL (REFIL).	8,66	779,07
3	282967	FR	120	COLA, COMPOSIÇÃO POLIVINILA ACETATO - PVA, PASTOSA, BRANCA, APLICAÇÃO PAPEL, FRASCO 90 G PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	6,90	828,00
4	278972	UD	200	FITA ADESIVA, CREPE, LARGURA 50 MM, COMPRIMENTO 50 METROS, APLICAÇÃO MULTIUSO, COR BEGE, MONOFACE.	11,98	2.396,00
5	278969	UD	200	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, LARGURA 25 MM, COMPRIMENTO 50 M, BRANCA, MULTIUSO, MONOFACE.	5,86	1.172,00
6	200693	UD	150	LIVRO DE ATA COM 100 FOLHAS, PAPEL SULFITE, GRAMATURA 63 G/M2, COMPRIMENTO 297MM, LARGURA 210MM.	15,03	2.254,50

7	275113	UD	800	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA MÉDIA VERMELHA, PONTA PLÁSTICA C/ESFERA DE TUNGSTENIO, PLÁSTICO SEXTAVADO, ORIFÍCIO LATERAL CENTRAL, , COM MARCA EM ALTO RELEVO IMPRESSA NO CORPO, FURO NA TAMPA (TOTAL), COM CARGA CARGA MÍNIMA 9 CM3. "CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO SEXTAVADO EM MATERIAL TRANSPARENTE, COM ORIFÍCIO PARA ENTRADA DE AR NO CORPO DA CANETA DISTANTE 6 CM DA PONTA SUPERIOR E 8,3CM DA PONTA INFERIOR, PONTA COM BIQUEIRA PLÁSTICA E ESFERA EM TUNGSTÊNIO, COM ESCRITA EM 0,8MM, FIXAÇÃO DA CARGA POR PRESSÃO ENTRE A BIQUEIRA E O TUBO SEXTAVADO TRANSPARENTE, TUBO DE CARGA COM NO MÍNIMO 11CM DE ALTURA E 1,25CM DE ESPESSURA E 10CM DE CARGA DE TINTA, TAMPA DA BIQUEIRA E DA PARTE SUPERIOR FIXADO POR PRESSÃO NO CORPO SEXTAVADO TRANSPARENTE, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA."	1,25	1.001,36
8	242410	KG	300	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO PÓ/GRANULADO, COR BRANCA, COMPOSIÇÃO BÁSICA NPK 4.14.8.	4,05	1.214,76
9	237059	UD	12	SAÍDA PARA ASPERSOR, DE PVC, COM ENGATE RÁPIDO, DIÂMETRO 2 POLEGADAS, DIÂMETRO DE SAÍDA 1 POLEGADA, PARA USO EM IRRIGAÇÃO.	33,27	399,21
10	226345	CT	1200	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL POLIESTIRENO , CAPACIDADE 200 ML , ÁGUA/SUCO/REFRIGERANTE (FABRICADO DENTRO DAS NORMAS ABNT/INMETRO).	5,09	6.108,00
11	376048	UD	6	REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, TIPO CONJUNTO COMPLETO, COMPOSIÇÃO BÁSICA RESINA DE HIDROXIMETILMETACRILATO, OUTROS COMPONENTES REAGENTE ATIVADOR E ENDURECEDOR, CONFECÇÃO DE LÂMINAS HISTOLÓGICAS . Deve-se entregar as resinas, pelo menos, com mais de 1 ano para o vencimento.	2.520,00	15.120,00

12	259208	UD	10	LÂMINA ROÇADEIRA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, QUANTIDADE PONTAS 2 UNIDADES, APLICAÇÃO GRAMA Densa E PEQUENOS ARBUSTOS. DIÂMETRO DE 350 MM, FURO CENTRAL DE 20,0 MM, ESPESSURA DE 1,7 MM.	50,20	501,97
13	320372	UD	24	TUBO DE PVC ROSCÁVEL, APLICAÇÃO IRRIGAÇÃO, DIÂMETRO NOMINAL 50 MM, COR AZUL, COMPRIMENTO 6 M, PRESSÃO 80 MCA.	66,79	1.603,04
14	214730	UD	20	TUBO DE PVC SOLDÁVEL, USO HIDRÁULICO, COR MARROM, DIÂMETRO NOMINAL 20MM, COMPRIMENTO 6M, COMPRIMENTO BOLSA 32MM, ESPESSURA PAREDES 1,50MM, PRESSÃO 7,50 KGF/CM2. - CAMPUS RIO PARANAÍBA Em conformidade com as normas técnicas vigentes, a aceitação do material está condicionada ao atendimento dos requisitos apresentados nas normas técnicas vigentes. Entregar no Campus Rio Paranaíba.	20,29	405,80
15	214731	UD	10	TUBO DE PVC SOLDÁVEL, USO HIDRÁULICO, COR MARROM, DIÂMETRO NOMINAL 25MM, COMPRIMENTO 6M, COMPRIMENTO BOLSA 32MM, ESPESSURA PAREDE 1,70MM, PRESSÃO 7,50 KGF/CM2 A 20° C - CAMPUS RIO PARANAÍBA Em conformidade com as normas técnicas vigentes, a aceitação do material está condicionada ao atendimento dos requisitos apresentados nas normas técnicas vigentes. Entregar no Campus Rio Paranaíba.	23,41	234,10
16	233972	UD	25	TUBO DE PVC, DIÂMETRO NOMINAL 100MM, COMPRIMENTO 6 M, ESGOTO - CAMPUS RIO PARANAÍBA Em atendimento as normas atualizadas ABNT NBR 8160 E 5688, incluindo os critérios marcação, aceitação e a comprovação do atendimento das especificações. Entregar no campus Rio Paranaíba.	92,17	2.304,25

17	271684	UD	25	TUBO DE PVC SOLDÁVEL, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO, COR BRANCA, DIÂMETRO NOMINAL 150 MM, COMPRIMENTO 6 M, TIPO LEVE, MATERIAL PVC RÍGIDO - CAMPUS RIO PARANAÍBA Aplicação em redes sanitárias. Os materiais entregues deverão atender todos os critérios estabelecidos pelas normas vigentes em especial a ABNT NBR 8160 e 5688, com a respectiva comprovação do atendimento. Entregar no campus Rio Paranaíba.	166,92	4.173,00
18	238151	UD	10	TUBO DE PVC SOLDÁVEL COR BRANCA DIÂMETRO NOMINAL 200MM, COMPRIMENTO 6 M, TIPO LEVE, PVC RÍGIDO, APLICAÇÃO REDE HIDRÁULICA E ESGOTO. - CAMPUS RIO PARANAÍBA Aplicação em redes sanitárias. Os materiais entregues deverão atender todos os critérios estabelecidos pelas normas vigentes em especial a ABNT NBR 8160 e 5688, com a respectiva comprovação do atendimento. Entregar no campus Rio Paranaíba.	397,39	3.973,90
19	278982	UD	320	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, LARGURA 50MM, COMPRIMENTO 50M, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO.	10,63	3.401,60
20	459338	UD	5000	ENVELOPE, MATERIAL KRAFT, GRAMATURA 80 G/M2, MODELO SACO PADRÃO, IMPRESSÃO PERSONALIZADA, TAMANHO (C X L) 260 X 360 MM, COR PARDAS ENVELOPE DEVE SER ENTREGUE TIMBRADO CONTENDO TODO TEXTO CENTRALIZADO, PRIMEIRO O SÍMBOLO DAS ARMAS NACIONAIS DO BRASIL, LOGO ABAIXO OS DIZERES "MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO" E ABAIXO OS DIZERES "UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA" CONFORME ANEXO A APRESENTAR MODELO PARA APROVAÇÃO	0,57	2.850,00

Solicitação(ões) Constantes neste Processo:

X Aprovado

___ Reprovado

Ordenador de Despesas

Estudo Técnico Preliminar:

X Aprovado

___ Reprovado

Termo de Referência:

X Aprovado

___ Reprovado

Assinaturas Requeridas:

1. Responsável pela elaboração do Documento e /ou Presidente da Equipe de Planejamento.
2. Ordenador de Despesas.



Documento assinado eletronicamente por **EDNA VALDIRENE DE FREITAS, Chefe de Serviço**, em 26/09/2023, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO ADRIANE ALVES RUAS, Diretor Geral do Campus Rio Paranaíba**, em 26/09/2023, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1167504** e o código CRC **77BD84D1**.

Referência: Processo nº 23114.917146/2023-17

Campus Viçosa
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, Campus Universitário
36570-900 Viçosa/MG

Campus Florestal
Rodovia LMG-818, km 6
35690-000 Florestal/MG

Campus Rio Paranaíba
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviário
38810-000 Rio Paranaíba/MG

SEI nº 1167504